

8 Os pontos conhecidos nos vários setores

■ Privatização — O governo vai lançar no dia 15 o programa de privatização, com o objetivo de reduzir a participação do Estado na economia e arrecadar dinheiro para o Tesouro. Siderurgia, transportes e geração de energia elétrica são algumas áreas cujas empresas entrarão no programa. Fernando Collor prometeu aos políticos do PFL que, em seis meses, irá privatizar todas as estatais que estiverem com prejuízo.

■ Reforma administrativa — O número de ministérios vai ser reduzido de 23 para 12.

■ Demissões — Haverá demissões de funcionários públicos. Serão colocados em disponibilidade os servidores considerados desnecessários, mas que não podem ser demitidos. O número de cargos de confiança na administração direta será reduzido. Com o corte de ministérios, o número de cargos de chefia cairá pela metade.

■ Impostos — Está prevista a criação de uma espécie de imposto de emergência sobre patrimônio. Os bancos serão os mais atingidos.

■ Sonegação — A indicação do delegado Romeu Tuma para a secretaria da Receita Federal dá uma idéia da disposição do futuro governo de combater a sonegação. Há informações de que o novo governo já tem, em mãos uma lista de sonegadores, que seriam alvo de uma ação imediata da Receita Federal.

■ Gastos — Haverá corte drástico nas despesas públicas. O futuro presidente do BC, Ibrahim Eris, admite que, num primeiro momento, o governo poderá "sentar em cima do caixa do Tesouro". Ou seja, haverá restrição até para gastos previstos no Orçamento. O próprio Orçamento Geral da União, já aprovado pelo Congresso, será reformulado.

■ Subsídios e incentivos — A tesoura não irá poupar nem os incentivos fiscais nem os subsídios. Mas há limites constitucionais para uma ação nessa área, como no caso de incentivos para Amazônia e Nordeste.

■ Moeda — Eris já se comprometeu com um rigoroso controle da moeda. A política monetária não será mais sacrificada, para cobrir os buracos do Tesouro. Os juros continuarão elevados, para segurar o consumo.

■ Bancos — O empréstimo compulsório sobre os depósitos à vista nos bancos poderá aumentar até para 100%. A idéia é impedir que a queda da inflação e o consequente crescimento dos depósitos à vista provoquem uma injecção de dinheiro na praça. A liquidez já é bastante folgada.

■ Aplicações Financeiras — Haverá estímulos a aplicações financeiras de prazo mais longo. No caso dos títulos públicos, a idéia é aumentar a remuneração, quanto maior for o prazo de resgate.

■ Cheques — Está prevista a restrição para a emissão de cheques ao portador. Ficariam limitados a pequenas quantias. A intenção é induzir a legalização do dinheiro da chamada economia informal, que está em boa parte depositado nos fundos ao portador.

■ Tarifas — Fontes próximas a Collor confirmam um "tarifaço" no setor público. O objetivo é reforçar o caixa das empresas estatais e, ao mesmo tempo, conter o consumo.

■ Câmbio — Uma desvalorização do cruzado, da ordem de 30% é tida como certa. O mercado está parado, à espera da máxi. O novo governo não pode entrar num programa de estabilização com o câmbio atrasado. A medida pode vir sozinha, como em outras ocasiões, ou embutida numa mudança de política cambial mais abrangente.

■ Dívida externa — O novo governo vai manter a suspensão do pagamento de juros aos bancos credores, embora esteja disposto a iniciar negociações, logo após a posse. Está decidido que o pagamento de juros ficará limitado a um determinado percentual do PIB. Para 1990, o teto, em valores, é da ordem de US\$ 5 bilhões. Os débitos em atraso já estão perto de US\$ 6,5 bilhões.



José Paulo Lacerda/AE

Eris: política monetária não cobrirá buracos do Tesouro